



REUNIÃO ME

18 janeiro 2023

Síntese

O Senhor Ministro da Educação, Doutor João Costa, iniciou a terceira reunião com a ASPL afirmando que pretende encontrar soluções para os problemas levantados pelos docentes, estando disposto a, em conjunto, resolvermos e encontrarmos pontos de acordo para se devolver serenidade às escolas, tão necessária após dois anos de pandemia, salientando que no corrente ano existe uma penalização ainda mais gravosa para os alunos com maior dificuldade económica.

Não se encontrando, a tutela, surda às contestações que ocorrem no decurso da negociação sindical, diz já possuir algumas respostas, passando a abordar cada um dos pontos do [documento](#), ontem ao final da manhã enviado às organizações sindicais, que refletem um esforço significativo de aproximação às reivindicações. Considerou que não faria sentido não dar continuidade a esta negociação durante a greve, que decorre, e apelou ao bom senso e racionalidade.

Do documento apresentado, salientou:

- Redução da [dimensão dos quadros de zona pedagógica](#) (QZP), que passam de 10 para 63, sem incidir na área geográfica das Comunidades Intermunicipais (CIM), mas sim contidos nos atuais QZP, com uma dimensão de cerca de 50 Km e com o propósito de terem a sua função original de possuir recursos docentes para assegurar necessidades transitórias;

- Fixação dos docentes numa escola concreta, com previsibilidade na sua manutenção, associando uma boa gestão dos recursos humanos e tendo ainda em atenção os docentes contratados e o aumento do seu índice remuneratório até ao índice 205 (correspondente ao atual 3.º escalão);

- Redução da carga burocrática, realçando a necessidade de muita colaboração das organizações sindicais, bem como dos Diretores das escolas;

- Aumento da percentagem das vagas para o acesso aos 5.º e 7.º escalões (respetivamente 75% e 58%), pois há que olhar para o conjunto das carreiras de forma justa e equitativa, sendo que os professores possuem a aplicação de percentagens de acesso à progressão em apenas dois escalões da carreira; referiu ainda que este aumento percentual será realizado num quadro de compromisso, ao longo da legislatura e recordou que a despesa com a Educação teve um aumento de 36%, e que estas medidas agora apresentadas terão um impacto anual de 100 milhões de euros, fora a despesa advinda do descongelamento da carreira (cerca de 200 milhões de euros, anuais).

Propôs que se identificasse ponto a ponto o que estamos em acordo e esclareceu que os Mapas intermunicipais, que agora caíram, como anteriormente desmentido, não passavam

de uma fantasia. Maioritariamente, os professores devem estar afetos a uma escola, sendo que a dotação das escolas deve ser calculada com base no número de docentes de QZP e contratados lá colocados, bem como pelo número atual da população escolar. Todos os procedimentos de colocação e vinculação serão realizados respeitando a graduação profissional e o concurso nacional, a cargo da DGAE, e serão vinculados os docentes que acumularam o tempo integral de 1095 dias (3 anos) de serviço e que no ano de abertura do concurso externo tenham horário completo.

Haverá também, com este novo modelo, uma correção das ultrapassagens nas colocações, recaindo sobre um conjunto de Diretores (conselho de diretores) a responsabilidade de fazerem uma gestão integrada, para reduzir o número de horários incompletos, completando a carga horária entre escolas. A vinculação poderá ocorrer em quadro de agrupamento (QA) ou em quadro de escola (QE) e não somente em QZP, sendo que a transição destes últimos realizar-se-á por procedimento concursal.

De seguida, passou a palavra à ASPL, tendo a Presidente da direção, Dra. Fátima Ferreira, reconhecido algumas aproximações na proposta de regime de recrutamento, porém lamentou o contexto dos protestos que se vive diariamente nas escolas, o qual, como por si afirmado nas duas anteriores rondas negociais, estava eminente, se o ME não desse um sinal de que iria resolver os problemas. **Lamentou, por isso, que a situação atual não tivesse sido evitada, pelo que considera que a proposta hoje apresentada é muito insuficiente, para devolver tranquilidade às escolas e não aborda as reivindicações mais prementes e há muito apresentadas por esta organização sindical e pelas demais com quem está em convergência.**

Visando que se alcance uma melhor cooperação, solicitou ao ME que se **valorizasse a carreira docente, o que passaria por ter de recuperar o tempo de serviço congelado, eliminar de vez as vagas de acesso aos 5º e 7º escalões, rever o regime de avaliação do desempenho docente, acabando com as quotas na atribuição do Muito Bom e Excelente, aliviar a carga burocrática e horária dos professores e educadores, resolver o problemas das ultrapassagens na carreira, entre outros aspetos**, conforme consta dos documentos e propostas entregues por esta organização sindical ao ME, desde dezembro de 2015, para recuar apenas aos governos de responsabilidade do atual Primeiro-Ministro. A estas matérias, acresce corrigir os dois erros já cometidos nesta legislatura e que foram: o novo **regime de Mobilidade por Doença, que tem de ser revisto, e a questão do não completamento dos horários incompletos aos colegas contratados, o ano passado, quando se completou, e bem, aos colegas que ficaram colocados após finais de abril.**

Depois de recordar ao ME os temas que devem ser alvo de negociação, a ASPL entregou, novamente, os dois documentos que havia entregue a 21 de setembro e a 7 de novembro últimos, agora com algumas ligeiras modificações, dado o contexto que se vive. Estes 2 documentos sintetizam o que mais urge alterar: **[Propostas da ASPL para alterar o Regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário e Principais problemas que a ASPL pretende negociar com o ME durante o presente ano letivo 2022/2023.](#)**

Uma vez mais solicitou o acesso às gravações das reuniões, pois na leitura das atas enviadas recentemente foram detetadas algumas inexatidões graves, assim como pediu autorização para que, doravante, seja permitida a gravação pela ASPL das suas intervenções.

Quanto à presente proposta, **saudou a intenção do ME de passar os atuais 10 QZP para 63, não esperando um alargamento tão vasto, reconhecendo que, nesta matéria, o ME foi muito mais longe do que as propostas dos sindicatos; porém, no resto, infelizmente, ficou muitíssimo aquém do necessário, pelo que a tutela vai ter de fazer melhor e apresentar novo documento, que contemple essas outras matérias.**

Quanto às propostas de vinculação, criticou a exigência de horário completo, no ano da vinculação, pois existem muitos professores que têm muito mais do que os 1095 dias, mas podem não ter horário completo, pelo que ficariam de fora, e isso é inaceitável. Portanto, solicita ao ME que elimine esta exigência, sob pena de se criarem novas injustiças.

Criticou igualmente o aumento do número de horas para um docente do quadro de escola ou agrupamento poder continuar na sua escola a trabalhar e não ir a DACL, de 6 para 12h, não compreendendo a razão de o ME continuar a não atender às propostas da ASPL, que entende que “enquanto um docente tiver turma, não deverá ser obrigado a concorrer para sair do seu lugar de quadro, pois o horário pode ser completado com outro serviço muito necessário às escolas e que o ME insiste em não considerar letivo, como os apoios educativos e as coadjuvações”.

Relativamente à burocracia, a Presidente da ASPL disse à tutela que esperava que as propostas agora apresentadas fossem postas em prática, pois já em maio de 2018 que o ME prometeu a desburocratização de muitos procedimentos e trabalhos nas escolas, e até agora nada aconteceu.

Relativamente às vagas, reiterou que para a ASPL é impossível aceitar qualquer percentagem para o acesso aos 5.º e 7.º escalões, **acordo que não assinou em 2010 e jamais o fará!** Portanto, a **solução, neste assunto, passa por eliminar totalmente estas vagas.**

Antes de terminar, voltou a recordar que existem muitos outros problemas para resolver, tais como a recuperação do tempo de serviço ainda não descongelado (6 anos, 6 meses e 23 dias) e o perdido nas transições de carreiras, ou a questão das ultrapassagens na progressão da carreira, em virtude da alteração da estrutura da carreira, em 2007, pelos docentes que nela ingressaram a partir de 2011, face aos que já estavam na anterior, entre várias outras questões, que há anos se arrastam e que foram recentemente agravados com a alteração do regime da Mobilidade por Doença.

Mais uma vez, a ASPL solicitou que a tutela forneça os dados sobre o número de docentes por escalão, facto que estranhamente ainda não sucedeu, pois isso é fundamental para melhor fundamentar as suas propostas, neste assunto.

Estes foram alguns dos pontos abordados, tendo em conta o tempo que é sempre tão exíguo para as intervenções dos sindicatos, bem como o facto de ter recebido as propostas do ME apenas ao final da manhã, mas, como sempre, e após a auscultação dos seus associados, a

Direção Nacional da ASPL elaborará o seu parecer quanto ao documento e fá-lo-á chegar na próxima semana por escrito.

O senhor Ministro adiantou ainda que existe mais uma matéria a contemplar, a qual incide sobre a conversão profissional da carreira docente para as carreiras gerais, passando por aí a progredir, destinada a docentes que, por razões de saúde, não podem lecionar.

Em resposta aos comentários e propostas dos sindicatos, informou também que caso houvesse em 2018 o descongelamento da carreira com a contagem integral do tempo de serviço congelado, haveria inevitavelmente um novo congelamento, o que certamente os professores não querem.

Em breve será agendada nova reunião.

Lisboa, 19 de janeiro de 2023.

A Vice-Presidente da ASPL, M^ª João Gonçalves.

